

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	34
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	37
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 31/10/2018.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados. Conforme pode-se verificar, a descrição dada para os referidos riscos abrange os fatores descritos no item 4.1 deste formulário de referência:

Riscos estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para se proteger ou se adaptar a mudanças no ambiente.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Esses riscos estão associados à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetivos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações e acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Conjunturais: são riscos relacionados ao ambiente macroeconômico, político e social das localidades em que operamos, que possam vir a nos afetar indiretamente caso nossos clientes sejam afetados, o que implicaria em uma redução de demanda.

Risco de inflação: é o risco que flutuações nos índices inflacionários têm em nossos resultados financeiros e situação patrimonial. Não estamos diretamente expostos a riscos de inflação, visto que os nossos contratos com os nossos clientes possuem cláusulas de reajuste anual de preços vinculados a índices relacionados aos custos da operação. Portanto, não existe uma exposição relevante a variações de índices inflacionários, uma vez que tais variações são repassadas aos clientes.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A gestão de risco é a abordagem estruturada que a Companhia utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, de acordo com os princípios e diretrizes da ISO 31000. Os eventos internos consistem em sistemas, pessoas e processos internos falhos ou inadequados, ao passo que os eventos externos incluem catástrofes naturais ou operacionais causadas por terceiros, medidas regulatórias, políticas, econômicas ou sociais tomadas por governos ou outros *stakeholders* importantes.

A Companhia minimiza os riscos operacionais por meio de novos controles e melhorias nos existentes, novos planos de mitigação de riscos e transferência de risco por intermédio de seguro.

Os principais riscos são monitorados periodicamente, bem como a efetividade dos seus controles-chave de prevenção/mitigação e a execução de suas estratégias de tratamento. Assim, a Companhia procura ter uma visão clara de seus principais riscos, atuando sobre eles, de forma sistemática, por meio da adoção de medidas de proteção ou mitigação, dentre as quais, por exemplo:

- a) Identificação dos riscos: definir o conjunto de eventos externos e/ou internos que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado para a atualização dos riscos da Companhia.
- b) Análise dos riscos: verificar a origem dos eventos, causas, consequências e a probabilidade de efetivação das referidas consequências.
- c) Avaliação dos riscos: avaliar os impactos em caso de eventual ocorrência do risco, considerando as consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis.
- d) Tratamento dos riscos: definir qual será o tratamento adotado, considerando, de acordo com o grau de apetite a riscos da Companhia, as seguintes possibilidades: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.
- e) Monitoramento dos riscos: assegurar a eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos por meio de avaliações contínuas e imparciais.
- f) Informação e comunicação: comunicar, de forma clara e objetiva, a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- g) Capacitação de colaboradores: investimentos na capacitação de empregados da Companhia atuantes no planejamento e execução de seus projetos.
- h) Soluções tecnológicas: desenvolvimento de soluções tecnológicas para a otimização dos processos da Companhia.
- i) Proteção ao meio ambiente: adoção de ações para aprimorar a eficiência nos processos de licenciamento de seus projetos, de forma a evitar atrasos e paralisações, como, por exemplo: (a) promoção de maior integração entre as equipes de meio ambiente e desenvolvimento de projetos; (b) o desenvolvimento de um guia de melhores práticas para licenciamento ambiental e o meio ambiente; (c) a montagem de equipes de especialistas altamente qualificados; (d) incentivo à maior interação com as agências ambientais.
- j) Segurança (*safety*): aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho da Companhia, disseminação perene de informação e campanhas de prevenção com o objetivo de garantir a melhoria dos padrões de saúde e segurança dos colaboradores.
- k) Conduta e ética: adoção de controles e mecanismos para detectar falhas de controle e obter informações sobre os casos de quebra de conduta, especialmente por meio do Canal de Ética e Ouvidoria.
- l) Comunidade: promoção de suas atividades de forma responsável em todas as localidades em que está presente, almejando o respeito às comunidades e ao meio ambiente.
- m) Jurídico: acompanhamento contínuo das contingências e processos judiciais da Companhia, envidando todos os esforços na defesa dos processos dos quais a Companhia e suas controladas são parte;
- n) Gestão de Crise: adoção, em situações de crise e desastres, de medidas que incluem: (a) planos de continuidade do negócio que contemplam resposta imediata para salvaguardar as pessoas, os ativos e a imagem da Companhia; (b) soluções alternativas para a garantia da continuidade do negócio e agilidade na recuperação para retorno ao fluxo produtivo normal.

Riscos conjunturais

Para os riscos de mercado desta natureza, entendemos que não existem instrumentos de proteção eficientes que permitam uma mitigação efetiva de tais riscos, visto que tais riscos não impactam diretamente as nossas contas patrimoniais, mas sim o cenário macroeconômico em geral. Porém, entendemos que ao possuímos um balanço entre operações dedicadas e de carga geral e entre os diversos setores da economia (papel e celulose, produtos químicos, automotivo, etc), temos a possibilidade de mitigar e diluir os riscos conjunturais, que podem impactar cada segmento da economia de forma e intensidade distintas. Para o monitoramento dos riscos conjunturais, acompanhamos indicadores sociais, políticos e econômicos fornecidos pelos órgãos oficiais do governo, como por exemplo o IBGE. Acompanhamos também o desempenho da economia mundial e as decisões governamentais nas políticas monetárias, fiscal e cambial, que impactam diretamente nas variações da SELIC, TJLP, PIB, produção industrial, dentre outras.

Risco de inflação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Como forma de nos proteger dos riscos de inflação, todos os nossos contratos preveem reajustes de preço anuais conforme a inflação dos vários componentes da estrutura de custos, ou até mesmo com gatilhos de ajuste quando um componente de custos varia acima de um determinado limite (eg. custo de combustível), protegendo assim as nossas margens operacionais ao longo do período contratual. Realizamos uma análise mensal das margens operacionais de nossos principais clientes, de forma que eventuais impactos inflacionários nos custos sem o devido repasse de preços pode ser prontamente percebido, ensejando atuação de nossa área comercial junto aos clientes.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia instituiu as áreas de Gerenciamento de Riscos, Compliance e Auditoria (GRCA) em janeiro de 2018, que se reportam à Presidência e ao Comitê de Ética:

- Conformidade (*Compliance*): tem por finalidade liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de mitigar e prevenir referidos riscos, bem como orientar os funcionários da empresa e terceiros sobre as normas internas da Companhia;
- Gerenciamento de riscos: tem por finalidade liderar os trabalhos de monitoramento de riscos operacionais e eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar tais riscos;
- Auditoria Interna: tem por finalidade investigar denúncias e/ou indícios de fraudes ou descumprimentos das políticas internas da Companhia por meio da análise dos resultados obtidos nos testes de investigação e através do gerenciamento do canal de denúncia da Companhia.

A Diretoria Executiva é responsável: (a) pela avaliação e aprovação das estratégias de mitigação de riscos recomendadas pelas áreas supra referenciadas; e (b) pela aprovação dos desdobramentos da política de gestão de risco corporativo em normas, regras e responsabilidades; c) informar ao Conselho de Administração sobre esses procedimentos. As normas e procedimentos de gestão de riscos complementam a política de gestão de risco corporativo e definem práticas, processos, controles, papéis e responsabilidades na Companhia no que se refere à gestão dos riscos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além dos papéis de cada um dos órgãos envolvidos na estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita no item anterior, cabe ao Conselho de Administração a supervisão do processo de avaliação de controles internos executados pela administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Na medida que a Companhia já realiza ações de mitigação para os riscos de mercado que a afetam, entendemos que, atualmente, não há necessidade de buscar proteção de riscos de mercado de maneira sistemática, motivo pelo qual não possuímos uma política de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia tem por prática monitorar a sua exposição a esses riscos por meio de acompanhamento mensal de indicadores macroeconômicos e do portfólio de contratos com clientes e fornecedores, sendo tal monitoramento registrado em planilhas internas. Este processo é coordenado pela Diretoria Administrativa e Financeira e pela Diretoria Comercial da Companhia, e eventuais ações de mitigação são reportadas a diretoria geral da empresa e ao conselho de administração.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de não ter uma política formalizada de gestão de riscos de mercado, a Companhia busca proteção para os riscos de taxa de câmbio e taxas de juros.

Risco de câmbio

Risco de taxas de câmbio é o risco que flutuações na taxa de câmbio têm em nossos resultados financeiros e situação patrimonial. A Companhia possui a maior parte de sua receita e despesa em moeda local, sendo que menos de 5% da receita bruta provém de unidades no exterior e é definida em moeda estrangeira. A Companhia não possui dívidas em moeda estrangeira, e, portanto, não possui passivos expostos a variação cambial.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco relacionado à possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os nossos ativos e passivos financeiros.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Adotamos a seguinte estratégia para proteção contra os riscos a que estamos expostos:

Risco de câmbio

Para a parcela da nossa receita proveniente de sucursais no exterior e que é denominada em dólares americanos, procuramos renegociar os preços com nossos clientes quando ocorre uma desvalorização da moeda americana, de forma a não sofrermos queda nas margens operacionais. Monitoramos mensalmente a variação cambial e avaliamos os resultados das unidades de negócio internacionais para a tomada de eventual ação junto aos clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco de taxas de juros**

Procuramos equilibrar o nosso endividamento entre taxas pré-fixadas e pós-fixadas, sendo que em nossos contratos pós-fixados os indexadores mais utilizados são o CDI (contratos para financiamento de capital de giro) e o TJLP (contratos de linhas de financiamento de aquisição de ativos). Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 40% do nosso endividamento bruto estava sujeito a taxas de juros flutuantes. Como política de gestão, não adotamos instrumentos financeiros para mitigar a nossa exposição as flutuações nas taxas de juros. Entretanto, a maior parte dos nossos contratos de dívida possuem uma estrutura de taxa de juros composta por um indexador de juros (CDI ou TJLP) mais um spread percentual anual fixo, o que propicia um bom equilíbrio entre taxas pré e pós fixadas e uma certa proteção contra variações abruptas de taxas de juros no mercado.

Analizamos dinamicamente a nossa exposição a taxa de juros, considerando vários cenários e expectativas de mercado no momento da contratação de novos financiamentos e refinanciamentos. Com base nesta análise definimos o que entendemos ser uma mudança razoável na taxa de juros para então decidir os parâmetros de uma nova contratação de dívida ou quitação de dívidas existentes.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não utiliza nenhum instrumento financeiro para a proteção patrimonial (*hedge*).

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**Risco de câmbio**

Para gerenciamento de riscos cambiais monitoramos com frequência a variação da taxa de câmbio do dólar americano e peso argentino, conforme divulgadas pelo Banco Central, analisando a sua valorização ou não frente à moeda brasileira.

Risco de taxas de juros

Nossa administração realiza o monitoramento constante das flutuações das principais taxas de juros a que estamos expostos, principalmente o CDI e TJLP, bem como de outros fatores que possam impactar estas taxas de juros (curvas futuras, índices de inflação), de modo a antecipar qualquer aumento relevante da nossa exposição. Com base nesta análise, a nossa administração pode avaliar a mudança dos indexadores de taxas de juros quando das contratações ou renovações de contratos de endividamento.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não detinha nenhum instrumento financeiro para proteção patrimonial (*hedge*) ou outro fim.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Apesar de não possuímos uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, a administração destes riscos é feita por meio de nosso modelo de gestão e controles internos, com o objetivo de assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança de nossas operações. Tais procedimentos são coordenados pelo Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Comercial e pelo Diretor de Operações, através de:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(i) monitoramento mensal dos indicadores macroeconômicos, sendo tal monitoramento registrado em planilhas internas; (ii) gestão ativa dos nossos contratos; e (iii) reunião mensal de resultados com o gestor de cada unidade de negócios onde são analisados os resultados operacionais por cliente. Estas ações são reportadas periodicamente à nossa diretoria e ao nosso conselho de administração.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A nossa administração analisa constantemente a estrutura operacional e de controles internos, e entendemos que as práticas e procedimentos de controle que adotamos são adequados para a nossa operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos nossos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Em um primeiro nível, utilizamos em nossas operações sistemas padronizados que requerem aprovações e possuem alçadas parametrizáveis, como o nosso TMS (*Transportation Management System*) e ERP (*Enterprise Resource Planning*), e que possuem um controle de acesso protegido por senhas e firewalls. Nosso TMS conta com um controle de margens, baseado em tabelas de preços pré-cadastradas e parâmetros definidos pela nossa administração central, de forma que as diversas filiais não têm autonomia para a emissão de documentos fora dos parâmetros aprovados.

Em um segundo nível utilizamos controles diários de faturamento, indicadores operacionais, pagamentos e recebimentos, que permitem aos gestores monitorar a evolução quase em tempo real, e identificar movimentações atípicas.

Em um terceiro nível utilizamos reuniões de resultados mensais, onde os gestores prestam contas dos seus resultados aos diretores das unidades de negócio, comparando resultados realizados com o orçamento e com os resultados de meses anteriores e meses de anos anteriores.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Contamos com uma área de auditoria interna que é responsável por ao longo do ano realizar auditorias nas diversas operações, verificando o cumprimento dos procedimentos operacionais existentes, bem como validar o atendimento a legislação vigente.

Contamos também com um canal de denúncias que é gerenciado pelas áreas de auditoria interna e jurídica, onde toda denúncia é reportada para a alta administração, respondida e devidamente investigada, se assim necessário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles é avaliada através das auditorias internas, realizadas pelo gerente de auditoria interna, e reportada para toda diretoria, onde o gestor da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

unidade em questão deve elaborar plano de ação específico para sanar eventuais falhas nos processos.

Em casos específicos a administração da Companhia pode contratar empresa de auditoria externa para avaliar um determinado processo e emitir um relatório de recomendações.

Os principais indicadores e resultados da empresa são apresentados mensalmente pelos diretores de unidade de negócio para o Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Operações, situação onde é possível identificar eventuais desvios e definir ações corretivas ou de aprofundamento do processo. Os resultados consolidados são apresentados mensalmente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro ao conselho de administração da Companhia, o qual pode deliberar para o aprofundamento e detalhamento de qualquer processo ou indicador das unidades de negócio.

A Companhia recebe anualmente do auditor uma carta de controles internos, a qual é apresentada ao Conselho de Administração, devendo a administração da Companhia apresentar plano de ação tempestivo para o saneamento de eventuais falhas nos processos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Apresentamos as quatro deficiências significativas apontadas pelos nossos auditores independentes na última carta de controles internos relativa ao exercício de 2017, bem como as suas recomendações.

Reversão de contabilização de receitas relacionadas ao PERT

Situação observada:

Em 2017, a Companhia utilizou prejuízo fiscal para compensação de pagamentos relacionados ao programa de parcelamento do PERT. Entretanto, para fins contábeis, a Companhia contabilizou o valor de R\$ 3.777.493,63, na conta contábil 32201010002 (RECEITA ALIENAÇÃO DE BASE NEGATIVA).

Recomendações:

O auditor recomendou que o valor deve ser revertido, não transitando pelo resultado contábil, e pelo passivo contábil num montante de R\$ 2.785.264,13. A Companhia também deverá analisar os valores que estarão a serem pagos referentes ao parcelamento do PERT, devido a reversão do saldo.

Ausência de Análise do Corte da Receita

Situação observada:

O auditor verificou que não é efetuada a análise do reconhecimento da receita pela competência, sendo que em dezembro de 2017 o auditor identificou um montante de R\$ 311 mil em notas fiscais reconhecidas fora da competência.

Recomendações:

O auditor recomenda que seja efetuado procedimento formal de análise do corte da receita de acordo com a modalidade de frete e período médio de entrega para que os efeitos sejam contabilizados tempestivamente.

Ausência de provisão para Passivos não Registrados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Situação observada:

O auditor verificou na execução do teste de passivos não registrados que há um montante de R\$ 347 mil em notas de competência dezembro de 2016 que foram registradas apenas em 2017 e que não possuíam provisão.

Recomendações:

O auditor recomendou que a Companhia efetue o controle de passivos não registrados e que efetue o lançamento de provisão de acordo com a competência.

Reclassificação do imposto de renda sobre o investimento.

Situação observada:

No exercício de 2017 a Companhia realizou uma transação, envolvendo o aporte de Capital no valor de R\$: 60 milhões, o qual incidiu em um custo de Transação de aproximadamente R\$: 8 milhões, o qual não havia sido apropriado no momento da captação.

Recomendações:

O auditor recomenda que seja realizado a avaliação de quaisquer custos de captações de recursos, por meio do CPC 08.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Reversão de contabilização de receitas relacionadas ao PERT

Comentários da Administração

A reversão de R\$ 3.777.493,63 foi realizada no fechamento das demonstrações financeiras de 2017. A revisão das bases e a retificação das declarações à Receita Federal do Brasil foram realizadas em julho de 2018, visando a solução das divergências para a consolidação do parcelamento e recolhimento do saldo a pagar.

Ausência de Análise do Corte da Receita

Comentários da Administração

Alguns clientes relevantes foram excluídos da análise de cut-off, em função da característica do contrato de transportes firmado com eles. Para os demais clientes, contratamos uma consultoria para elaboração do estudo de cut-off, que será concluído até o mês de outubro de 2018 e apresentado à área de contabilidade.

Ausência de provisão para Passivos não Registrados

Comentários da Administração

Para o fechamento do ano de 2017, nós efetuamos diversas provisões para as contas mais relevantes e iniciamos a elaboração de um procedimento formal para efetuar este controle que deverá ser concluído e divulgado internamente até novembro de 2018.

Reclassificação do imposto de renda sobre o investimento.

Comentários da Administração

A recomendação do auditor já foi atendida nas demonstrações financeiras de 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia desenvolveu, além de seu Código de Ética e Conduta recentemente reformulado, políticas voltadas a inibição, detecção e remediação de qualquer ilícito, como sua Política Anticorrupção aprovada em outubro de 2018. Ainda, disponibilizou um canal de denúncias a cargo de terceiros, onde são registradas denúncias, visando a coibir qualquer prática ilegal.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Presidência da Companhia criou o Comitê de Ética em outubro de 2018, o qual tem o objetivo de analisar e administrar as consequências para atos que afrontem os valores e condutas do Código de Ética e Conduta e se reporta ao Presidente. Ele tem caráter permanente e seus membros são indicados pelo Presidente da Companhia. O Comitê de Ética é constituído por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes, todos com mandato por tempo determinado. É permitida a reeleição desde que o mandato não ultrapasse o período de 2 (dois) anos. Não há qualquer vedação ao cumprimento de mandatos alternados.

O Comitê de Ética tem autonomia para administrar as consequências e contará com ajuda da Gerência de Auditoria Interna para realizar as investigações necessárias. As medidas precisam ser aplicadas de forma adequada e razoável dentro da política de medida disciplinar e da lei.

A fim de viabilizar a apuração e investigação, foi criada a Gerência de Auditoria Interna em janeiro de 2018, com as seguintes responsabilidades:

- Programar e executar auditorias em todas as áreas da empresa, visando assegurar a correta aplicação das normas internas da empresa, bem como a aplicação de leis, instruções normativas e outros dispositivos legais.
- Analisar processos, rotinas, organização do trabalho, controles operacionais e indicadores, visando identificar oportunidades para melhorar a produtividade e eficiência do trabalho, através de sugestões e orientação às diversas áreas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

da empresa, avaliar os controles internos de forma a mitigar eventuais fraudes.

- Investigar as operações contábeis e financeiras realizadas, verificando cheques, recibos, faturas, notas fiscais e outros documentos, para comprovar a exatidão das mesmas.
- Preparar relatórios parciais e globais da auditoria realizada, assinalando as eventuais falhas encontradas e certificando a real situação, para fornecer a seus dirigentes ou acionistas os subsídios necessários à tomada de decisão.
- Realizar inventários de estoques, fazendo o confronto do estoque físico com os registros contábeis, visando identificar e corrigir irregularidades ou divergências.
- Garantir acesso às informações de denúncias, criando canais de comunicação e definindo procedimentos em caso de recebimento de uma denúncia.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta a fim de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, pelos colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e toda e qualquer parte que tenha relação comercial ou operacional com a Companhia.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O novo Código foi aprovado recentemente e será apresentado por meio de treinamento formal a todos os colaboradores. Para aqueles que ingressem posteriormente à realização do treinamento, o Código será apresentado durante o programa de integração.

O Comitê de Ética, ao deliberar anualmente sobre possíveis alterações no Código, também decidirá a necessidade da realização de novos treinamentos formais de comparecimento obrigatório para atualização dos colaboradores ao conteúdo do Código.

As demais políticas serão objeto de treinamento específico conforme cronograma da área de desenvolvimento e treinamentos da Companhia, o que ocorre anualmente.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

As condutas que desrespeitam os valores e comportamentos delineados no Código serão disciplinadas de acordo com a Política de Medida Disciplinar da Companhia, podendo o infrator ser penalizado desde a aplicação de advertência oral até uma possível demissão por justa causa, conforme parâmetros estabelecidos na política.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código foi reformulado recentemente e aprovado pela Presidência da Companhia em 09 de outubro de 2018.

O Código pode ser consultado na seguinte página da internet: www.bbmlogistica.com.br.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ***Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados***
- ***Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé***
- ***Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias***

A Companhia implementou um portal autônomo de denúncias, ou seja, a cargo de terceiros, disponibilizado no site da Companhia pelo link www.bbmlogistica.com.br ou por meio do disk denúncia – 0800 400 3333 – ou mesmo por meio do Link <https://bbm.legaletica.com.br>, onde todos, inclusive terceiros, podem:

- Esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições contidas no Código de ética e conduta da Companhia;

- Ter garantido que as denúncias serão apuradas, e aquelas que tiverem uma base fundamentada serão conduzidas e serão aplicadas as diligências cabíveis no âmbito do Comitê de Ética;

- Ter assegurado o direito ao anonimato das denúncias, mesmo que a denúncia não seja feita de forma anônima. Independentemente do resultado da apuração, a Companhia empreenderá todos os esforços para que não aconteça qualquer forma de retaliação contra o denunciante.

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a Gerência de Auditoria Interna que se reporta ao Comitê de Ética, responsável por determinar as sanções aplicáveis aos eventuais infratores das regras do Código e demais políticas da Companhia.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia, como prática, contrata consultores legais, financeiros e auditores para realizar *due diligence* em todos os potenciais alvos de aquisição, a fim de garantir o mapeamento de riscos e vulnerabilidades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois o emissor adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas a prevenção de fraudes e ilícitos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Aumento do risco de roubo de mercadorias

Em 2017, a Companhia transportava produtos de baixo valor agregado, como madeira, insumos para indústria, gases do ar e papel e celulose. Ao longo do ano de 2018, a BBM passou a transportar produtos de maior valor agregado, como eletrônicos, alimentícios e farmacêuticos. Em que pese estes novos produtos representem menos de 5% da receita da Companhia, existe um maior risco associado ao transporte deste tipo de produtos. Para transportar este tipo de produtos, a Companhia investiu em novas tecnologias de monitoramento, em rastreamento de 100% dos veículos próprios e agregados, e em uma central de monitoramento própria e equipe de gerenciamento dentro da estrutura.

Aumento do risco de greves e paralisações

Em maio de 2018, em função da crise financeira e política no Brasil, os caminhoneiros autônomos promoveram uma paralisação geral. Como é impossível prever a extensão da crise financeira e política no Brasil, o risco de uma nova paralisação aumentou em relação aos anos anteriores. Este é um risco de origem externa de difícil mitigação.

Nova legislação sobre o tabelamento de fretes pela ANTT

Em maio de 2018, com o advento da paralisação dos motoristas autônomos, o governo criou novas leis e instituiu um tabelamento de fretes mínimos. Esta nova tabela de fretes mínimos gerou incertezas e instabilidade no setor de transportes, principalmente em relação a aplicabilidade da mesma para o transporte com frota própria, agregado e autônomos independentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As avaliações e opiniões constantes neste capítulo tratam-se da visão e da percepção dos diretores sobre as atividades e desempenho dos negócios. Os valores constantes neste capítulo foram extraídos das demonstrações financeiras individuais referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e das demonstrações financeiras consolidadas referente aos exercícios sociais encerrados em 2016 e 2017, além de outros dados operacionais da Companhia.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2017, a Companhia apresentou uma receita bruta total de R\$ 337,3 milhões, representando uma taxa de crescimento de 24,8% em relação a 2016. No ano de 2016, a receita bruta foi de R\$ 270,3 milhões representando um crescimento de 47,4%. O crescimento médio ponderado (CAGR) desde 2015 foi de 35,6% demonstrando uma forte tendência de crescimento do nosso negócio conforme tabela abaixo:

(R\$ milhares)	2017	2016	2015	16 x 15	17 x 16	CAGR 17x15
Receita Operacional Bruta	337.280	270.277	183.416	47,4%	24,8%	35,6%
Geração de caixa operacional	26.131	30.049	14.616	105,6%	-13,0%	33,7%
Geração de Caixa Livre	35.344	3.049	5.945	-48,7%	1059,2%	143,8%
EBITDA	31.182	28.106	17.467	60,9%	10,9%	33,6%
Dívida Líquida	38.096	85.371	72.325	18,0%	-55,4%	-27,4%
<i>Dívida Líquida/EBITDA</i>	<i>1,22</i>	<i>3,04</i>	<i>4,14</i>	<i>-26,6%</i>	<i>-59,8%</i>	<i>-45,7%</i>
Lucro Líquido	3.105	9.389	2.851	229,3%	-66,9%	4,4%

Como pode-se notar na tabela acima, a Companhia vem mantendo a geração de caixa operacional e livre em patamares suficientes para reduzir os níveis de endividamento líquido e para pagar os seus investimentos. A dívida líquida/EBITDA apresenta sensível redução no período entre 2015 e 2017 impactado pela redução da dívida bruta e pelo novo aporte de capital dos acionistas no valor de R\$ 60 milhões realizado em 2017 visando a aquisição de novos negócios e suprimindo necessidades de capital de giro.

O lucro líquido reduziu em 2017 frente a 2016 não acompanhando o crescimento do EBITDA principalmente por dois motivos:

- (i) Gastos com estruturação referente a novas aquisições.
- (ii) Aumento das despesas administrativas em função da reestruturação da Companhia visando suportar o forte crescimento e aumento dos níveis de governança, plano este já alinhado com as necessidades de aumento dos níveis de *compliance* para empresas de capital aberto.

Com relação a geração de caixa operacional, o maior impacto se deve ao efeito do contas a receber de clientes, impactado pelas provisões do faturamento quinzenal no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

segmento de operações dedicadas e a alteração de prazos de pagamento de um cliente relevante.

O índice de liquidez corrente apresenta melhora significativa em função do alongamento das dívidas e do aporte de capital dos acionistas visando novas aquisições e auxílio na necessidade de capital de giro em função do aumento do volume transportado conforme tabela a seguir:

Indicador	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,25	0,66	0,78
Geração de Caixa Operacional/Passivo Total ⁽²⁾	0,18	0,21	0,13

Com relação ao CAPEX, a Companhia vem investindo na aquisição de veículos de forma a suportar as novas operações do segmento de operações dedicadas além de suportar o seu crescimento orgânico. Em 2017 foi investido R\$ 15,2 milhões em aquisições de veículos pesados, R\$ 33,5 milhões em 2016 e R\$ 44 milhões em 2015.

	2017	2016	2015
Saldo inicial	117.440	90.927	58.102
(-) Baixa de Ativos	(10.100)	(9.677)	(9.910)
(+) Baixa depreciação	5.992	5.228	4.764
(-) Depreciação	(18.464)	(8.412)	(6.628)
(+) Aquisições	16.188	39.374	44.955
Veículos	15.233	33.486	44.166
Outros/Em andamento	955	5.888	356
Saldo Final	111.056	117.440	90.927

b. Estrutura de capital

A diretoria da empresa entende que a estrutura de capital da empresa vem sendo ajustada neste período e encontra-se em nível aceitável de alavancagem em 31/12/2017, visto que os investimentos em ativos os quais a empresa tem demandado possuem mercado secundário líquido.

Estrutura de Capital (R\$ milhares)	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio Líquido (a)	68.237	21.266	15.027

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Circulante + Não Circulante (b)	146.158	142.122	116.329
Ativo Total (c)	214.395	163.388	131.356
% Capital Próprio (a)/(c)	31,8%	13,0%	11,4%
% Capital de Terceiros (b)/(c)	68,2%	87,0%	88,6%

Em 2017, a empresa recebeu novos recursos provenientes do aporte de acionistas no valor de R\$ 60 milhões, além da obtenção de R\$ 14 milhões em novos empréstimos com o objetivo de suprir a necessidade de capital de giro em função do volume transportado, além de reserva de caixa para novas aquisições.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia vem apresentando evolução nos indicadores de liquidez demonstrando maior capacidade de pagamento frente aos compromissos financeiros e operacionais. A dívida líquida pelo EBITDA evoluiu de 4,14 em 2015 para 1,22 em 2017 conforme observado na tabela abaixo:

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Dívida Bruta	83.342	95.273	79.178
Caixa e equivalentes de caixa	(45.302)	(9.958)	(6.853)
Dívida Líquida	38.040	85.315	72.325
EBITDA	31.182	28.106	17.467
Div. Líq.EBITDA	1,22	3,04	4,14

Os indicadores de liquidez também demonstram a evolução na capacidade de pagamento da Companhia. A liquidez corrente evoluiu de 0,78 em 2015 para 1,25 em 2017 e a estrutura de capital foi de 2,14 em 2017 contra 6,68 em 2016, indicador este impactado principalmente pelo aporte de capital de R\$ 60 milhões realizado em dezembro de 2017.

Indicador	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Liquidez Imediata ⁽¹⁾	0,56	0,15	0,16
Liquidez Corrente ⁽²⁾	1,25	0,66	0,78
Liquidez Seca ⁽³⁾	1,15	0,56	0,60
Estrutura de Capital ⁽⁴⁾	2,14	6,68	7,74

⁽¹⁾ Caixa e Equivalente de Caixa / passivo circulante

⁽²⁾ Ativo circulante / passivo circulante

⁽³⁾ Ativo circulante – estoques / passivo circulante

⁽⁴⁾ Passivo circulante + passivo não circulante / patrimônio líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento são captadas, quando necessário, por meio de contratos financeiros os quais são empregados em nossas necessidades de capital de giro e aquisições e investimentos de curto e longo prazo, assim como na manutenção de níveis de disponibilidades de caixa adequados ao desempenho das atividades.

Os diretores esclarecem que o financiamento para a aquisição de ativos para a prestação dos serviços é realizado através de linhas específicas de acordo com as características de cada bem adquirido:

- Para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos novos nacionais, é utilizada a linha de FINAME, além de captações de bancos comerciais e operações de arrendamento mercantil.
- Para as demais aquisições e investimentos utilizamos a captação junto a bancos comerciais de acordo com os prazos e maturação de cada projeto.

A tabela a seguir apresenta as principais fontes utilizadas para a captação de recursos no encerramento de cada ano:

Fontes de Financiamento

R\$ milhares	Total Financiado	Saldo 31.12.2016	Liberado 2017	Saldo 31.12.2017
Total	157.052	95.273	37.595	83.342
Capital de Giro	46.260	20.844	29.187	23.519
FINAME	108.803	73.964	6.441	58.221
Outros	1.989	465	1.967	1.602

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores informam que nos casos de financiamento para cobrir eventuais deficiências de capital de giro, o financiamento continuará a ser captado através de contratos financeiros junto a instituições financeiras de primeira linha e /ou através de instrumentos junto ao mercado de capitais quando necessário.

Em relação as captações para suprir a necessidade de aquisição de novos ativos não circulantes necessários a prestação de serviços, continuaremos a utilizar linhas específicas de acordo com as características do bem tais como o FINAME nos casos de veículos pesados e máquinas e equipamentos novos nacionais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
Em moeda nacional	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Capital de giro	16,58%	23,77%	11.859	13.115	11.660	7.729	23.519	20.844
Finame	12,54%	13,86%	23.445	25.608	34.776	48.356	58.221	73.964
Leasing	22,52%	20,06%	464	165	1.138	300	1.602	465
	-	-	35.768	38.888	47.574	56.385	83.342	95.273

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Adicionalmente ao endividamento com instituições financeiras mencionado no item anterior a Companhia possui operações de consórcio visando a aquisições de novos veículos para a frota conforme tabela abaixo:

Consórcios

R\$ milhares	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Ativo Circulante	2.282	1.124	632
Passivo Ciculante	1.139	1.080	1.137
Passivo Não Ciculante	3.504	1.924	579

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2017 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia não possui contratos com cláusulas de covenants financeiros, possuindo apenas cláusulas usuais de compromissos ("covenants"), relacionados a aspectos administrativos e/ou operacionais, as quais são citadas abaixo.

No contrato fechado com o Banco ABC, a Companhia precisa manter os recebíveis do contrato do cliente CMPC em conta vinculada, através do instrumento de cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato com o Banco do Brasil prevê liquidação antecipada caso a Companhia pratique atos que importem em discriminação de raça, gênero, trabalho infantil e análogo ao de escravo.

A Companhia está cumprindo com todas as suas obrigações contidas nestes contratos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos foram contratados com 100% do desembolso inicial.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

		AV% ⁽²⁾		AV% ⁽²⁾	Variação %
	31.12.2017 ⁽¹⁾	31.12.2017	31.12.2016 ⁽¹⁾	31.12.2016	2017 x 2016
Receita Bruta	337.280	116,4%	270.277	117,7%	24,8%
Receita Operacional Líquida	289.750	100,0%	229.693	100,0%	26,1%
Custos dos Serviços	(246.490)	-85,1%	(182.445)	-79,4%	35,1%
Lucro Bruto	43.260	14,9%	47.248	20,6%	-8,4%
Despesas Administrativas	(24.621)	-8,5%	(21.270)	-9,3%	15,8%
Despesas de Vendas	(4.071)	-1,4%	(1.796)	-0,8%	126,7%
Outras Desp. Operacionais Líq.	111	0,0%	(2.695)	-1,2%	-104,1%
Lucro Operacional	14.679	5,1%	21.487	9,4%	-31,7%
Receitas Financeiras	1.734	0,6%	799	0,3%	117,0%
Despesas Financeiras	(16.503)	-5,7%	(12.382)	-5,4%	33,3%
Despesas Financeiras Líq.	(14.769)	-5,1%	(11.583)	-5,0%	27,5%
Equivalência Patrimonial	-	0,0%	(203)	-0,1%	-100,0%
Lucro antes do IR e CS	(90)	0,0%	9.701	4,2%	-100,9%
IR e CS corrente e diferido	3.195	1,1%	(312)	-0,1%	-1124,0%
Lucro Líquido do Exercício	3.105	1,1%	9.389	4,1%	-66,9%

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais⁽²⁾ Representatividade em relação à receita líquida

- (i) Receita operacional bruta: A receita operacional bruta de 2017 apresentou crescimento de 24,8% em relação a 2016, impactada principalmente pela entrada de novas operações dedicadas (aumento de 24,8%) e carga geral (24,9%) conforme tabela abaixo:

	2017	2016	17 x 16
Receita Operacional Bruta	337.280	270.277	24,8%
TM	99.582	79.706	24,9%
Dedicadas	237.723	190.465	24,8%
Outras Receitas de Apoio	(25)	107	-123,4%

- (ii) Despesas Administrativas e com vendas: As despesas administrativas e com vendas em 2017 tiveram um crescimento de 15,8% e 126%, respectivamente, devido a reestruturação e consequente internalização das áreas de vendas e reestruturação administrativa visando evoluir na governança corporativa da Companhia.
- (iii) Despesas Financeiras: As despesas financeiras apresentaram crescimento frente a 2016 devido às contratações de novas dívidas visando suprir as necessidades de capital de giro da Companhia.
- (iv) IR e CS corrente e diferido: A receita líquida de imposto de renda e contribuição social diferido se deu em razão do reconhecimento pela Companhia, em 2017, com base em estudo técnico aprovado pela administração relativo a estimativa de lucros tributáveis futuros, dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor líquido do reconhecimento de ativo diferido foi de R\$ 3.195 mil, conforme nota explicativa 17 das demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2017.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 das contas patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2017(1)	AV%(2) 31.12.2017	31.12.2016(1)	AV%(2) 31.12.2016	Varição % 2017 x 2016
Ativos	214.395	93,3%	163.388		31,2%
Ativo Circulante	101.537	47,4%	43.409	26,6%	133,9%
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.302	21,1%	9.958	6,1%	354,9%
Contas a receber de clientes	48.049	22,4%	27.026	16,5%	77,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques	377	0,2%	295	0,2%	27,8%
Impostos a Recuperar	940	0,4%	1.642	1,0%	-42,8%
Ativos não circ. para venda	715	0,3%	-	0,0%	0,0%
Consórcios	2.282	1,1%	1.124	0,7%	103,0%
Outros Créditos	3.872	1,8%	3.364	2,1%	15,1%
Ativo Não Circulante	112.858	52,6%	119.979	73,4%	-5,9%
Cauções	35	0,0%	34	0,0%	2,9%
Outros Créditos	83	0,0%	83	0,1%	0,0%
Depósitos Judiciais	1.642	0,8%	2.382	1,5%	-31,1%
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	111.056	51,8%	117.440	71,9%	-5,4%
Intangível	42	0,0%	40	0,0%	5,0%

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

⁽²⁾ Representatividade em relação ao Ativo total

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: As disponibilidades apresentadas na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa apresentaram crescimento significativo em função do aporte de capital de R\$ 60 milhões realizado em 2017 com objetivo de suprir as necessidades de capital de giro e reforço do caixa.
- (ii) Contas a receber de clientes: O contas a receber foi impactado pela mudança no critério de provisão de receita de alguns clientes do segmento de operações dedicadas, o qual gerou um valor adicional no contas a receber de R\$ 4.680 mil, e também pela alteração de prazo de pagamento de um cliente relevante de último dia de cada mês para o primeiro dia do mês subsequente, causando impacto contábil de R\$ 9.858 mil, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

PMR (Prazo Médio de Recebimento)	31.12.2017	31.12.2016
Receita Operacional Bruta	337.280	270.277
Contas a receber de clientes	48.049	27.026
<i>PMR (Prazo Médio de Recebimento)</i>	<i>51,3</i>	<i>36,0</i>
Efeito PMR Cliente Dedicadas	(9.858)	
Provisões	(4.680)	
Contas a receber de clientes ajustado	33.511	
<i>PMR Ajustado</i>	<i>35,8</i>	<i>36,0</i>

- (iii) Consórcios: Os valores de consórcios em 2017 aumentaram 103% em relação a 2016 devido ao pagamento das cotas para aquisição de veículos pesados ainda não contempladas. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.

- (iv) Imobilizado: O imobilizado apresentou uma redução de R\$ 6,4 milhões impactado pela baixa de veículos colocados à venda no valor de R\$ 10,1 milhões e a depreciação dos ativos no valor R\$ 18,9 milhões, ambos efeitos reduzindo o imobilizado. Em contrapartida, a Companhia adquiriu R\$ 15,2 milhões em novos veículos para a prestação de serviço além de R\$ 1,3 milhões em outros investimentos.

A tabela abaixo demonstra o quantitativo de veículos adquiridos frente aos valores investidos em 2017 e 2016:

	2017	2016
(+) Aquisições Veículos	15.233	33.486
<i>Cavalos Mecânicos (unid.)</i>	17	72
<i>Carretas SR (unid.)</i>	69	157

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2017(1)	AV%(2) 31.12.2017	31.12.2016(1)	AV%(2) 31.12.2016	Variação % 2017 x 2016
Passivo + Patrimônio Líquido	214.395		163.388		31,2%
Passivo Circulante	80.989	37,8%	65.511	40,1%	23,6%
Fornecedores	13.675	6,4%	12.104	7,4%	13,0%
Empréstimos e financiamentos	35.768	16,7%	38.888	23,8%	-8,0%
Dividendos a pagar	738	0,3%	2.040	1,2%	-63,8%
Obrigações sociais	8.371	3,9%	6.002	3,7%	39,5%
Obrigações fiscais	3.184	1,5%	4.159	2,5%	-23,4%
Parcelamento de tributos	4.992	2,3%	703	0,4%	610,1%
Consórcios	1.139	0,5%	1.080	0,7%	5,5%
Outras contas a pagar	13.122	6,1%	535	0,3%	2352,7%
Passivo Não Circulante	65.169	30,4%	76.611	46,9%	-14,9%
Empréstimos e financiamentos	47.574	22,2%	56.385	34,5%	-15,6%
Fornecedores	1.404	0,7%	-	0,0%	0,0%
Parcelamentos de tributos	2.123	1,0%	2.458	1,5%	-13,6%
Consórcios	3.504	1,6%	1.924	1,2%	82,1%
Provisão para contingências	8.568	4,0%	7.540	4,6%	13,6%
Impostos diferidos	1.996	0,9%	8.304	5,1%	-76,0%
Patrimônio Líquido	68.237	31,8%	21.266	13,0%	220,9%
Capital Social	71.802	33,5%	5.722	3,5%	1154,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reserva para constituição de passivo financeiro	(11.584)		-	0,0%	
Ajuste de avaliação patrimonial	4.422	2,1%	5.383	3,3%	-17,9%
Reserva de Lucros	3.591	1,7%	10.155	6,2%	-64,6%
Participação de Não controladores	6	0,0%	6	0,0%	0,0%

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

⁽²⁾ Representatividade em relação ao Passivo total

- (i) Parcelamento de tributos: Na rubrica de parcelamento de tributos o principal efeito trata-se de adesão ao PERT para parcelamento de passivo com PIS, COFINS e CPRB (contribuição previdenciária sobre receita bruta), cuja opção contempla a utilização de prejuízo fiscal para quitação de parte dos débitos. O valor referente ao PERT em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.777 mil.
- (ii) Impostos diferidos: Os impostos diferidos foram impactados essencialmente pelo reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3,6 milhões e prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 3,1 milhões. Tais reconhecimentos visam refletir efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.
- (iii) Consórcios: Os valores de consórcio em 2017 aumentaram 5,5% e 82,1% no curto e longo prazo, respectivamente, quando comparadas com 2016. A variação é devida a contemplação de cotas para aquisição dos veículos. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação e consequente aquisição dos veículos, o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.
- (iv) Outras contas a pagar: A rubrica de outras contas pagar variou 2.352,7% em 2017 quando comparada com 2016 devido a emissão de bônus de subscrição no valor de R\$ 11,6 milhões, o qual tem como contrapartida a rubrica Reserva para constituição de passivo financeiro. Adicionalmente, ocorreu início de provisionamento referente ao programa de PLR iniciado em 2017, o qual impactou no aumento desta rubrica
- (v) Capital social: O capital social teve como principal efeito o aporte de R\$ 60 milhões realizado em dezembro de 2017 com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro além de disponibilizar recursos para novas aquisições.
- (vi) Reserva de lucros: O saldo da reserva de lucros apresentou redução em função da destinação para aumento de capital.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2016⁽¹⁾	AV%⁽²⁾ 31.12.2016	31.12.2015⁽¹⁾	AV%⁽²⁾ 31.12.2015	Variação % 2016 x 2015
Receita Bruta	270.277	117,7%	183.416	118,9%	47,4%
Receita Operacional Líquida	229.693	100,0%	154.296	100,0%	48,9%
Custos dos Serviços	(182.445)	-79,4%	(123.924)	-80,3%	47,2%
Lucro Bruto	47.248	20,6%	30.372	19,7%	55,6%
Despesas Administrativas	(21.270)	-9,3%	(15.137)	-9,8%	40,5%
Despesas de Vendas	(1.796)	-0,8%	(1.428)	-0,9%	25,8%
Outras Desp. Operacionais Líq.	(2.695)	-1,2%	(2.627)	-1,7%	2,6%
Lucro Operacional	21.487	9,4%	11.180	7,2%	92,2%
Receitas Financeiras	799	0,3%	1.589	1,0%	-49,7%
Despesas Financeiras	(12.382)	-5,4%	(7.996)	-5,2%	54,9%
Despesas Financeiras Líq.	(11.583)	-5,0%	(6.407)	-4,2%	80,8%
Equivalência Patrimonial	(203)	-0,1%	(342)	-0,2%	-40,6%
Lucro antes do IR e CS	9.701	4,2%	4.431	2,9%	118,9%
IR e CS corrente e diferido	(312)	-0,1%	(1.580)	-1,0%	-80,3%
Lucro Líquido do Exercício	9.389	4,1%	2.851	1,8%	229,3%

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e individuais de 31 de dezembro de 2015.

⁽²⁾ Representatividade em relação à receita líquida

- (i) Receita operacional bruta: A receita operacional bruta de 2016 apresentou crescimento de 47,4% em relação a 2015, impactada principalmente pela entrada de novos volumes com clientes de operações dedicadas (aumento de 65,2%), conforme tabela abaixo:

Receita Operacional Bruta	270.277	183.416	47,4%
TM	79.706	67.899	17,4%
Dedicadas	190.465	115.322	65,2%
Outras Receitas de Apoio	107	195	-45,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) Despesas administrativas: As despesas administrativas acompanharam o aumento expressivo de volume e tiveram um aumento de 40,5% frente a 2015 de forma a estruturar a empresa para as novas operações.
- (iii) Despesas financeiras: As despesas financeiras foram impactadas pelos juros oriundos das novas aquisições e captações para suprimento da necessidade de capital de giro, conforme tabela abaixo:

	2016	2015	16 x 15
Despesas Financeiras	12.382	7.996	54,9%
Juros S/ Empréstimos e Financiamentos	10.498	7.105	47,8%
Variações Cambiais	1.237	392	215,5%
Juros Passivos	329	276	19,4%
Tarifas Bancárias	252	204	23,8%
Descontos Passivos	65	19	241,2%

Outro efeito relevante foi causado pela variação cambial impactada pelo contas a receber com clientes de carga geral do segmento internacional, os quais possuíam uma taxa PTAX pré-acordada.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das posições de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 das contas patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)
(Valores expressos em milhares de Reais)

		AV%(2)		AV%(2)	Variação % 2016 x 2015
	31.12.2016(1)	31.12.2016	31.12.2015(1)	31.12.2015	
Ativos	163.388		131.356		24,4%
Ativo Circulante	43.409	26,6%	33.931	20,8%	27,9%
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.958	6,1%	6.853	4,2%	45,3%
Contas a receber de clientes	27.026	16,5%	19.512	11,9%	38,5%
Estoques	295	0,2%	165	0,1%	78,8%
Impostos a Recuperar	1.642	1,0%	2.441	1,5%	-32,7%
Consórcios	1.124	0,7%	632	0,4%	77,8%
Outros Créditos	3.364	2,1%	4.328	2,6%	-22,3%
Ativo Não Circulante	119.979	73,4%	97.425	59,6%	23,2%
Cauções	34	0,0%	34	0,0%	0,0%
Outros Créditos	83	0,1%	-	0,0%	0,0%
Depósitos Judiciais	2.382	1,5%	1.596	1,0%	49,2%
Impostos a Recuperar		0,0%	4.868	3,0%	-100,0%
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	117.440	71,9%	90.927	55,7%	29,2%
Intangível	40	0,0%	-	0,0%	0,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e individuais de 31 de dezembro de 2015.

⁽²⁾ Representatividade em relação ao Ativo total.

- (i) Contas a Receber: A rubrica de contas a receber acompanhou o crescimento de faturamento da Companhia conforme demonstrado no cálculo do Prazo Médio de Recebimento (PMR) na tabela abaixo:

	31.12.2016	31.12.2015
Receita Operacional Bruta	270.277	183.416
Contas a receber de clientes	27.026	19.512
<i>PMR (Prazo Médio de Recebimento)</i>	<i>36,0</i>	<i>38,3</i>

- (ii) Impostos a recuperar: Em 2016, a Companhia optou pela utilização do crédito presumido de ICMS em todas as suas unidades, com isto, o crédito de ICMS sobre o ativo imobilizado deixou de ser utilizado. Como este valor é parte do custo de aquisição dos bens, a Companhia decidiu incorporar o saldo existente nesta conta ao ativo imobilizado, passando a fazer parte do valor depreciable dos respectivos bens, pelo prazo residual de depreciação a realizar. O valor impactado na rubrica de impostos a recuperar em função desta decisão foi de R\$ 7,255 mil.

- (iii) Estoques: Os estoques são compostos de pneus para consumo. Entre 2016 e 2015 o aumento do estoque foi de 78,8% visando suprir o aumento da frota própria e do volume nas operações dedicadas.

- (iv) Consórcios: Os valores de consórcio em 2016 aumentaram 77,8% em relação a 2015 devido ao pagamento das cotas para aquisição de veículos pesados ainda não contempladas. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.

- (v) Imobilizado: O imobilizado em 2016 apresentou crescimento de 29,1% com relação a 2015 tendo como principal efeito a aquisição de frota para suprir o crescimento das operações do segmento de operações dedicadas, conforme tabela abaixo:

	2016	2015
(+) Aquisições Veículos	33.486	44.166
<i>Cavalos Mecânicos (unid.)</i>	<i>72</i>	<i>115</i>
<i>Carretas SR (unid.)</i>	<i>157</i>	<i>165</i>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)
 (Valores expressos em milhares de Reais)

		AV%(2)		AV%(2)	Variação % 2016 x 2015
	31.12.2016(1)	31.12.2016	31.12.2015(1)	31.12.2015	
Passivo + Patrimônio Líquido	163.388		131.356		24,4%
Passivo Circulante	65.511	40,1%	43.588	33,2%	50,3%
Fornecedores	12.104	7,4%	10.301	7,8%	17,5%
Empréstimos e financiamentos	38.888	23,8%	25.754	19,6%	51,0%
Dividendos a pagar	2.040	1,2%	-	0,0%	0,0%
Obrigações sociais	6.002	3,7%	3.168	2,4%	89,5%
Obrigações fiscais	4.159	2,5%	1.688	1,3%	146,4%
Parcelamento de tributos	703	0,4%	971	0,7%	-27,6%
Consórcios	1.080	0,7%	1.137	0,9%	-5,0%
Outras contas a pagar	535	0,3%	569	0,4%	-6,0%
Passivo Não Circulante	76.611	46,9%	72.741	55,4%	5,3%
Empréstimos e financiamentos	56.385	34,5%	53.424	40,7%	5,5%
Parcelamentos de tributos	2.458	1,5%	2.979	2,3%	-17,5%
Provisão para contingências	7.540	4,6%	6.931	5,3%	8,8%
Impostos diferidos	8.304	5,1%	8.551	6,5%	-2,9%
Consórcios	1.924	1,2%	579	0,4%	232,3%
Outras contas a pagar	-	0,0%	277	0,2%	-100,0%
Patrimônio Líquido	21.266	13,0%	15.027	11,4%	41,5%
Capital Social	5.722	3,5%	5.722	4,4%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	5.383	3,3%	6.765	5,2%	-20,4%
Reserva de Lucros	10.155	6,2%	148	0,1%	6761,5%
Participação de Não controladores	6	0,0%	2.392	1,8%	-99,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e individuais de 31 de dezembro de 2015.

⁽²⁾ Representatividade em relação ao Passivo total

- (i) Obrigações Fiscais: As obrigações fiscais em aberto ficaram com saldo 146,4% superior em 2016 quando comparadas com 2015 em função do aumento de 47,4% na receita bruta entre 2015 e 2016 e do saldo em atraso de PIS, COFINS e CPRB (contribuição previdenciária sobre a receita bruta) os quais foram objeto de parcelamento (PERT) em 2017.
- (ii) Consórcios: Os valores de consórcios no longo prazo em 2016 cresceram 232,3% quando comparadas com 2016. A variação é devida a contemplação de cotas para aquisição dos veículos. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação e consequente aquisição dos veículos, o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.
- (iii) Obrigações Sociais: As obrigações sociais em 2016 apresentaram crescimento de 89,5% frente ao ano de 2015. Esta variação é devida por dois motivos:
 - a. aumento de quadro de colaboradores ocorrido em 2016, principalmente em função do aumento das operações no segmento de operações dedicadas, impactando nos valores de salários e contribuições a pagar, além do aumento nas provisões; e
 - b. alteração nos prazos de pagamento da folha de colaboradores, o qual era realizado até 2015 no último dia útil do mês e passou a ser realizado em 2016 no quinto dia do mês subsequente, o que impactou nos saldos de salários a pagar entre os dois anos.
- (iv) Empréstimos e financiamentos: Os valores de empréstimos e financiamentos aumentaram 51% em 2016 quando comparados com 2015

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em função de novas aquisições de veículos pesados para a prestação de serviços.

- (v) Reserva de Lucros: O aumento na reserva de lucros se deu em razão da apuração de lucro líquido superior em 2016, que foi quase na sua totalidade retido.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:**i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita****Receita Bruta**

Receita Bruta de Serviços

- Serviços Dedicados:

Os Diretores da Companhia informam que as receitas provenientes de Serviços Dedicados variam em função da quantidade de veículos alocados, quantidades movimentadas e/ou transportada de cargas, combinada com o volume (ex: m³) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- Cargas Gerais

Os Diretores da Companhia informam que as receitas provenientes de Transporte de Cargas Gerais variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

- Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços

Os Diretores da Companhia informam que reconhecemos como receita de Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços a alienação de veículos pesados, máquinas e equipamentos, desmobilizados da operação e colocados à venda pelo estado em que se encontram, e que foram utilizados na prestação de nossos serviços.

Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 a 5 anos, dependendo do cliente e tipo de operação.

Receita Líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 10.1 h deste formulário.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As principais variações das receitas estão relacionadas ao aumento das receitas com novos contratos no segmento de operações dedicadas e aumento de volume no segmento de carga geral. Os preços de cada tipo de serviço são determinados de acordo com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda e de cada serviço separadamente.

Os contratos com operações de transporte dedicadas ao cliente possuem variação no faturamento conforme uma cesta de indicadores baseado no INPC (índice nacional de preços ao consumidor), dissídio coletivo da categoria de motoristas e a variação trimestral no preço dos combustíveis.

Com relação aos demais volumes de carga geral os mesmos estão expostos às variações dos valores de combustível, flutuação de preços de mercado, além de alterações na tabela de fretes mínimos por quilômetro rodado e eixo carregado de acordo com determinação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI, e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo nas aquisições de veículos. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia possui contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TR ou na TJLP.

No caso de risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Adicionalmente, são definidos limites individuais de crédito, os quais são monitorados periodicamente. A companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes sempre que necessário.

Com relação ao risco cambial, a Companhia está exposta ao risco decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. Em sua maioria os ativos em moeda estrangeira são resultantes de contas a receber de clientes de operações no Mercosul, equivalendo em 2017 a R\$ 2.225 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores da Companhia informam que nos três últimos exercícios sociais não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores da Companhia informam que nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 não houve operações de aquisição ou alienação societária.

c) eventos ou operações não usuais

Os diretores da Companhia informam que nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 não houve operações ou eventos não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada e está em processo de avaliação dos seus potenciais efeitos, se houver, em suas demonstrações financeiras.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável não deverão aumentar ou tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia não designa e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indica qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia inclui uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(i) Prestação de serviços**

A Companhia está envolvida na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas gerais e perigosas, em veículos próprios ou de terceiros. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço.

De acordo com o CPC 47, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

(ii) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

IFRS 16 Leasing (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia não espera que a aplicação do IFRS 16 resulte em impactos significativos.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que as alterações mencionadas no item anterior não alteram de forma significativa os resultados e sua visualização.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O relatório dos auditores referentes às demonstrações financeiras dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 não continham ressalvas.

O relatório dos auditores referentes às demonstrações financeiras do exercício de 2017, conforme reapresentadas, contém ênfase acerca da sua reapresentação para apresentação das demonstrações contábeis consolidadas incluindo a investida Itanave Centro Logístico Ltda. A opinião dos auditores não contém modificação relacionada a esse assunto.

Os saldos contábeis de tal investida não são relevantes para a Companhia, conforme valores constantes da nota explicativa 3.4 das demonstrações financeiras, considerando que a investida, no momento, não tem nenhuma operação, sendo uma empresa "dormente".

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**(i) Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, baseado em estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

(ii) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

(iii) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos que satisfazem os critérios de classificação como mantidos para venda são classificados no circulante e mensurados pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda.

Como requisito para esta classificação e mensuração, a Administração deve estar comprometida com a venda do ativo, devendo haver um programa em desenvolvimento para conclusão do plano, cuja expectativa de venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação. Acontecimentos fora do controle da Companhia podem, em certas circunstâncias, justificar a permanência no ativo circulante por mais um exercício social.

(iv) Imobilizado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide Nota 9), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Itens do imobilizado	2017	2016
Edificações	20	20
Cavalos mecânicos	3 a 10	6 a 10
Carretas e equipamentos	8 a 15	12 a 25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	5	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(v) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

(vi) Outros passivos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**a. Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

b. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(vii) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(viii) Arrendamentos**a. Ativos arrendados**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

b. Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

(ix) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia arrenda uma série de veículos, sob a forma de contratos de arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos duram 36 meses e conforme contrato, a manutenção e gestão destes veículos é de responsabilidade da arrendadora.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não possuímos.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não possuímos.

iv. contratos de construção não terminados

Não possuímos.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não possuímos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros ativos ou passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Os contratos de arrendamento de veículos geram uma obrigação de pagamento nos exercícios futuros, cujo registro seria feito em uma conta do passivo no balanço patrimonial. O IFRS 16 define que a partir de janeiro de 2019 os passivos decorrentes de contratos de arrendamento deverão ser registrados no balanço patrimonial.

b. natureza e propósito da operação

Contrato de arrendamento de caminhões pesados com prazo de 36 meses.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Em 31 de dezembro de 2017, o montante a pagar de arrendamento operacional era de R\$14.988 mil e em 31 de dezembro de 2016 de R\$22.954 mil. Em decorrência do contrato de arrendamento operacional, a Companhia possui o direito de utilizar os caminhões em suas operações de transporte. No final do contrato de arrendamento a Companhia tem a opção de adquirir o veículo, por um valor residual definido pelo arrendatário.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a) investimentos, incluindo:****i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Para o exercício de 2018, estão previstos investimentos de R\$ 43,2 milhões, visando a continuidade e o crescimento das operações da Companhia. Tais recursos estão destinados para a aquisição de ativos móveis, basicamente a compra de veículos pesados (Cavalo Mecânico, Caminhões, Semirreboques e Carretas), com foco principal na renovação da frota no segmento de operações dedicadas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos destinados aos investimentos têm como fonte capital próprio e capital de terceiros, sendo R\$2,8 milhões oriundos de retenção de lucros apurados até 31 de dezembro de 2017 e R\$40,4 milhões em linhas de crédito específicas para aquisição de ativos móveis, vinculadas à sua natureza, tais como Finame e Leasing Mercantil.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos nenhum desinvestimento relevante em andamento e não prevemos nenhum desinvestimento relevante para o exercício 2018.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em março de 2018, adquirimos a totalidade do capital social das empresas Transeich Assessoria e Transporte S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A, pelo valor de R\$44,6 milhões. O grupo Transeich foi fundado em 1982 e presta serviços de transporte rodoviário nacional, internacional e armazenagem, atuando no Mercosul e principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil com operações relevantes nos setores de peças automotivas, peças para máquinas agrícolas e químicos. Seu faturamento anual estimado é de R\$ 193 milhões dispondo de 13 filiais, sendo um barracão de 30.000m² destinado a armazenagem.

c) novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas****ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços****iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não prevemos no plano de negócio atual o lançamento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.